

Avaliação externa e orientações programáticas: que relação?

As provas de aferição e os exames nacionais são parte integrante do calendário escolar e envolvem milhares de alunos do ensino básico ao secundário, as suas famílias e professores. Mas afinal, qual o objectivo desta avaliação e o que se pode aprender com ela?

Parece ser indiscutível a percepção de que a avaliação externa deve estar de acordo com as orientações curriculares em Matemática preconizadas nos diferentes documentos oficiais para cada nível e ciclo de ensino. No entanto, apesar de globalmente parecer existir sintonia, todos os anos temos verificado situações mais ou menos divergentes, não só na forma e conteúdo dos itens que são apresentados aos alunos, mas também nos critérios de classificação que são facultados pelo GAVE aos professores classificadores.

Vejamos o que aconteceu este ano com a prova de aferição de Matemática do 4.º ano. Por exemplo, no que diz respeito ao tema Números e Operações, os documentos curriculares actuais propõem o desenvolvimento do sentido do número, a valorização da compreensão das operações, valorizando o desenvolvimento do cálculo mental a par dos procedimentos de cálculo básicos. Contudo, a maioria das questões da prova utiliza números cuja ordem de grandeza é muito pequena, tornando os problemas demasiado elementares para alunos do 4.º ano. É disto exemplo o item 3, onde o domínio da tabuada é suficiente para resolver a questão. Também as instruções veiculadas nos Critérios de Classificação nos parecem questionáveis, pois indicam, na maior parte das vezes, em primeiro lugar, como exemplo de boa resposta, o algoritmo tradicional, mesmo nos casos em que a sua utilização não tem justificação ou que não é a estratégia de cálculo que revela maior fluência. Isto acontece, por exemplo, no item 8 e também no 6.2 onde os alunos precisam de calcular $39 + 47$ como parte da resposta. Ao aluno pede-se-lhe para mostrar «as contas que fizeres». Esta referência às «contas» condiciona as opções em relação às estratégias de cálculo, induzindo o aluno para o algoritmo convencional. Diferente seria se se pedisse ao aluno «Explica



Educação

Alunos já encaram exame de Matemática com naturalidade

A Associação de Professores de Matemática considera que os exames estão já a ser encarados pelos alunos como rotinas e cada vez menos como um elemento perturbador. As negativas baixaram mas os professores garantem a exigência da prova

Questionado pela agência Lusa sobre a melhoria dos resultados dos exames nacionais de Matemática do 9.º ano, o presidente da associação, Arsélio Martins, afirmou que estas provas estão a criar rotinas e a ser encaradas de forma normal.

«Os exames estão a ser cada vez menos um elemento de perturbação, penso que neste momento estamos a aproximar-nos de uma certa normalidade», afirmou.

De acordo com os resultados hoje divulgados pelo Ministério da Educação, 64 por cento dos alunos teve positiva no exame e a taxa de reprovação baixou dois pontos percentuais face ao ano passado. A percentagem de alunos classificados com negativa (nível 1 e 2) passou de 45 para 36.

Para este responsável, a prova era equilibrada e estava de acordo com os programas e informações publicadas.

«Não era menos exigente do que nos anos anteriores. Tinha algumas coisas que exigiam alguma interpretação de gráficos, tabelas e linguagem escrita», defendeu.

Para o presidente da Associação de Professores de Matemática é normal os resultados terem melhorado.

«Espero que isso signifique que há algum trabalho, que os alunos estão a habituar-se mais a prestar provas e que a actividade dos professores seja cada vez mais exigente», disse.

Lusa / SDL

como chegaste ao resultado», deixando-lhe mais aberto o leque de opções.

Já no exame do 9.º ano (1.ª chamada, código 23) é possível identificar itens que procuram avaliar a capacidade dos alunos em interpretar e resolver problemas. Vejamos o caso do item 4.2 em que se pede aos alunos que, partindo da observação do gráfico e supondo que o número de visitantes do Museu do Louvre se mantém constante, determinem em que ano haverá 15,5 milhões de visitantes.

As estratégias de resolução podem ser várias, desde a construção de esquemas, tabela ou através de uma expressão algébrica. No entanto, os Critérios de Classificação apresentam como possíveis resoluções dos alunos o recurso a expressões algébricas e respostas fechadas, omitindo outras resoluções possíveis que permitiriam obter mais informação sobre o raciocínio que o aluno efectuou para lá chegar.

Para além deste aspecto, toda a prova peca pela ausência de situações que permitam avaliar a capacidade de comunicação matemática do aluno, nomeadamente, através de questões de natureza mais aberta e da escrita de pequenos textos que convidem o aluno a apresentar e explicar o seu raciocínio, e a forma como chega à resposta.

Neste sentido, questionamo-nos: Até quando a avaliação externa veiculará mensagens contraditórias às orientações curriculares? De que forma interpretam esta situação os professores, alunos e encarregados de educação? Para quando uma mais completa articulação entre o desenvolvimento curricular e a avaliação externa?

Ana Paula Canavarro
Cláudia Canha Nunes